

FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO NA E PARA A INCLUSÃO: IGUALDADE DE GÉNERO

TRAINING AND EDUCATION IN AND FOR INCLUSION: GENDER EQUALITY

FORMAR Y EDUCAR EN LA INCLUSIÓN: IGUALDAD DE GÉNERO

Amélia de Jesus MARCHÃO/Portugal¹
Hélder HENRIQUES/Portugal²

RESUMO: A instituição escolar deve contribuir para uma sociedade mais justa, equitativa e sem estereótipos, promovendo a inclusão. O presente artigo, resultado da avaliação do percurso desenvolvido em duas oficinas de formação realizadas no Instituto Politécnico de Portalegre, aborda a escola inclusiva em sentido lato e demonstra a necessidade de intervir na consciencialização e sensibilização dos atores educativos para uma ação baseada na igualdade de oportunidades, nomeadamente no campo do género. Através de uma análise qualitativa de dispositivos e estratégias aplicadas nessa oficina de formação apresentam-se algumas representações e concepções, bem como algumas das reflexões e avaliações das/os docentes produzidas ao longo e no final do trajeto formativo. Conclui-se pela necessidade de aprofundar a formação contínua dos/as docentes e pela necessidade de se assumir uma postura consciente e reflexiva que torne a escola inclusiva uma realidade onde se assuma a igualdade de oportunidades de modo pleno.

Palavras-chave: Inclusão. Formação contínua. Educação para a igualdade de género.

ABSTRACT: School should contribute to a society more just, equitable and without stereotypes, promoting inclusion. This article, result of the evaluation of the path developed in two training workshop held at the Polytechnic Institute of Portalegre, addresses the inclusive school in the broad sense and demonstrates the need to intervene in the awareness of educational actors for an action based on equal opportunities, particularly in the gender field. Through a qualitative analysis of devices and strategies applied in this training workshop shows some representations and conceptions, as well as some of the reflections and evaluations of teachers produced along and at the end of the training path. These results emphasize the need for further continuous training of the teachers and the need to take a conscious and reflective attitude that makes the inclusive school a reality where one assumes fully equal opportunities.

Keywords: Inclusion. Continuing education. Education for gender equality.

RESUMEN: La institución escolar debe contribuir al desarrollo de una sociedad más justa, equitativa y sin estereotipos, promoviendo la inclusión. El presente artículo, resultado de la evaluación del trabajo llevado a cabo en dos oficinas de formación realizadas en el Instituto Politécnico de Portalegre, aborda la escuela inclusiva en sentido lato y demuestra la necesidad de intervenir en la concienciación y sensibilización de los actores educativos para una acción basada en la igualdad de oportunidades, concretamente en el campo del género. A través de un análisis

¹ Doutora em Ciências da Educação. Departamento de Educação e Formação do Instituto Politécnico de Portalegre – Portugal. ameliamarchao@esep.pt

² Doutor em Ciências da Educação. Departamento de Educação e Formação do Instituto Politécnico de Portalegre – Portugal. helderhenriques@esep.pt

cualitativo de dispositivos y estrategias aplicadas en esa oficina de formación se presentan algunas representaciones y concepciones, así como algunas de las reflexiones y evaluaciones de las/los docentes producidas a lo largo y al final del trayecto formativo. Se concluye la necesidad de profundizar en la formación continua de los/las docentes y la necesidad de asumir una postura consciente y reflexiva que haga de la escuela inclusiva una realidad donde se asuma la igualdad de oportunidades de modo pleno.

Palabras clave: Inclusión. Formación continua. Educación para la igualdad de género.

Introdução

A escola é, ou deveria ser, um espaço de inclusão educativa e social dos educandos que visa proporcionar a todos/as condições para aprender o que socialmente se entende como necessário num dado tempo e num dado contexto (ROLDÃO, 1999; MARCHÃO, 2010, 2012) e que é reflexo da cultura predominante nesse mesmo contexto. Quando as sociedades são marcadas por grandes diferenças económicas, sociais e culturais urge garantir a justiça social, e a escola deve surgir como instituição que reflete as questões de igualdade e de desigualdade, procurando meios de concretizar a missão de incluir todas as crianças e jovens, independentemente da sua raça, classe social, etnia, religião ou género.

Como afirma Ainscow (2009) a educação inclusiva entende-se hoje de modo lato, cada vez mais amplo e como uma resposta à diversidade de estudantes que objetiva a inclusão educacional como meio de combater e eliminar a exclusão social. A escola idealiza-se, deste modo, como um contexto igualitário onde crianças e jovens de diferentes grupos socializam entre si e onde lhes é proporcionada igualdade de oportunidades, independentemente daquilo que as torna diferentes umas das outras.

Salienta Morgado (1999) que a inclusão deve assumir-se como um direito e não como um privilégio, pelo que a escola e os seus agentes educativos devem assumi-la “como um exercício de cidadania da comunidade educativa, operacionalizado através do sucesso educativo de todas as crianças” (p. 122).

Mas será a escola pública capaz de criar uma situação contextual igualitária e inclusiva?

É a partir desta questão que plasmamos uma parte de um trajeto vivido na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal) e que se orienta em dois eixos articulados – a formação inicial e contínua de educadores e de professores (formação contínua que destacaremos neste artigo) e a

investigação em contexto educacional/escolar explorando as questões de género, e visando a sensibilização para a realização de práticas pedagógicas e sociais inclusivas que instituem na sociedade portuguesa igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (rapazes e raparigas).

Desde 2013 (até 2015-2016) que esta instituição de formação inicial, contínua e especializada de educadores/as e de professores/as iniciou um programa de formação contínua de docentes, com o apoio da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)³ que visa disseminar boas práticas de inclusão, de cidadania e de igualdade de género e, simultaneamente, melhorar a formação que ministra face aos desafios que no dia-a-dia se colocam aos docentes em contexto educacional/escolar. Os objetivos deste programa têm sido desenvolvidos através de oficinas de formação intituladas, no caso do Instituto Politécnico de Portalegre, *‘Currículo na educação básica e contributos para a formação global do/a aluno/a: construção da identidade de género e cidadania’*, e da investigação orientada, despertando para uma problemática social e educativa, que por vezes é ‘descurada’ nos contextos de educação/ensino, e para uma partilha de experiências entre as/os diferentes profissionais, que consideramos fundamental para aprofundar conhecimentos e reconstruir as práticas pedagógicas, vocacionando-as conscientemente para a inclusão e, no caso específico, para a identidade e igualdade de género. Este tipo de intervenção contribui também para a

aproximação entre os ‘investigadores e os práticos’, entre a formação inicial e contínua, contribuindo para a sua melhoria, e para a aproximação aos contextos de intervenção educativa e pedagógica, em particular promovendo o desenvolvimento dos/as profissionais e as mudanças nos processos organizacionais e de gestão curricular (MARCHÃO, 2014, p. 147).

Conceitualização de um trajeto formativo para a inclusão

A escola inclusiva, que institui a igualdade de oportunidades para rapazes e raparigas, só é possível quando os seus/suas profissionais se consciencializam da importância de agirem e mobilizarem na sua intervenção uma participação e aceitação igualitária e sem estereótipos.

³ Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), Presidência do Conselho de Ministros, é o organismo nacional responsável pela promoção e defesa da igualdade entre mulheres e homens, procurando responder às profundas alterações sociais e políticas da sociedade em matéria de cidadania e igualdade de género, em Portugal.

Estes “constituem conjuntos bem organizados de crenças acerca das características das pessoas que pertencem a um grupo particular” e, assim todos os membros de um determinado grupo social “tendem a ser avaliados da mesma maneira, como se os indivíduos pertencessem a categorias internamente homogêneas” (VIEIRA; NOGUEIRA; TAVARES, 2012, p. 26).

A escola inclusiva caminha no tempo e no espaço e vai-se construindo entre a abrangência legislativa e as práticas educativas e pedagógicas alicerçadas no conhecimento profissional e na sensibilidade dos atores educativos que lhe dão vida, garantindo o direito de todos os alunos e alunas afirmarem as suas capacidades e competências num trajeto educativo e social de cidadania. É, assim, um direito de todos e de todas, que conjuga a diferença e a diversidade em prol de uma transformação social mais equilibrada.

Incluir implica desconstruir estereótipos sociais de género (entendidos estes como categoria social e cultural, decursiva das diferenças anatómicas e fisiológicas de mulheres e de homens) e objetiva uma sociedade mais igualitária em que os cidadãos e as cidadãs baseiem a sua intervenção social em valores solidários, de tolerância e de igualdade. “O exercício de cidadania consubstancia-se nos direitos e deveres, não apenas numa lógica da cidadania civil, mas sobretudo através do desenvolvimento de uma cidadania social, democrática e inclusiva” (HENRIQUES; MARCHÃO, 2014, p. 1857) e, nesse sentido inclusivo, a escola “deve desempenhar o seu papel na eliminação das desigualdades entre homens e mulheres que continuam a prevalecer” (CARDONA; NOGUEIRA; VIEIRA; UVA; TAVARES, 2010, p. 8).

Como sabemos, a sociedade e a escola portuguesa têm evoluído na criação de políticas de inclusão; porém, no que diz respeito à igualdade de género a evolução pode dizer-se lenta e nas escolas, no quadro da educação para a cidadania, existe um trabalho pouco aprofundado e que não tem conduzido os alunos e as alunas, desde cedo, a construírem uma sensibilidade e uma atitude que fomente, na prática, a igualdade de oportunidades para homens e para mulheres no quadro escolar e no quadro social e em diferentes dimensões (profissões, responsabilidades pela educação dos filhos, tarefas domésticas, hábitos sociais...).

Também, no quadro da formação inicial e contínua dos/as docentes nem sempre esta preocupação se tem assumido com a importância necessária, mas como dizem Vieira, Nogueira e Tavares (2012, p. 39) “pretender a emancipação e uma cidadania inclusiva das diversas identidades deve implicar a manutenção pela busca da igualdade

de direitos e de oportunidades como um objetivo essencial” e, neste quadro a escola e os/as docentes não podem assumir uma atitude neutra ou pouco consciente.

Como já antes afirmámos (HENRIQUES; MARCHÃO, 2014), o sistema educativo deve assumir-se como agregador de interesses neste domínio e deve fomentar e desenvolver práticas pedagógicas transversais (na vertical e na horizontal – desde a educação pré-escolar até ao ensino superior) que promovam a educação inclusiva e a sensibilidade e atitudes necessárias para o respeito e para a igualdade de oportunidades entre rapazes/homens e raparigas/mulheres, não negando as diferenças entre os indivíduos mas respeitando-os nos seus direitos, independentemente da sua identidade, das suas características ou das suas crenças.

Tais práticas requerem que a formação de docentes os alerte para a centralidade da sua intervenção neste domínio e os alerte para a repercussão das suas atitudes e dos seus ‘ensinamentos’ na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e onde a educação para a igualdade de oportunidades de género se faça pela transversalidade, mas de modo consciente e assumido pela comunidade educativa. A abordagem curricular e pedagógica das questões relativas ao género é complexa, nem sempre fácil dada a sua transversalidade e pela falta de apoio formativo, de recursos ou de bibliografia, particularmente em língua portuguesa. Neste quadro, entendemos que a formação contínua constitui um processo capaz de promover a mudança fundamental à criação e ao desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de conduzir a novos hábitos, comportamentos e atitudes no que respeita à educação para a cidadania, em particular no que se refere às problemáticas relacionadas com a igualdade de oportunidades entre o género masculino e o género feminino.

O/A professor/a deve procurar ser um elemento que favoreça a mudança através da construção e/ou consolidação de conhecimentos promotores, entre outros, de projetos curriculares (ROLDÃO, 1999) adaptados às necessidades sócio-pedagógicas relacionadas com os contextos educativos onde se movimentam, desde as idades mais precoces (MARCHÃO, 2010).

Da oficina de formação – caraterização

A Comissão para a Igualdade de Género (CIG) tem vindo a publicar, desde 2010, um conjunto de Guiões de Educação, Género e Cidadania que constituem uma proposta de formação e de desenvolvimento curricular inovador para a educação pré-

escolar e para os três ciclos do ensino básico em Portugal, perspectivando a educação para a cidadania e para a igualdade de género, em particular. A partir destes, e tendo em vista a sua divulgação e disseminação formativa junto das escolas e dos/as docentes, organizou-se no Instituto Politécnico de Portalegre - Portugal⁴ a oficina de formação *‘Currículo na educação básica e contributos para a formação global do/a aluno/a: construção da identidade de género e cidadania’* que tem como objetivo principal a criação de um espaço de discussão e reflexão e consequente aplicação prática ao nível do planeamento e gestão do currículo, de modo integrador e transversal, dos contributos explanados nos referidos Guiões.

Concomitantemente, os objetivos específicos da oficina visavam: (i) construir uma atitude de gestão do currículo que, para além do sentido escolar/académico, fomenta uma formação global e integral dos alunos e das alunas; (ii) refletir as dimensões do currículo e integrá-las de forma equilibrada e harmoniosa no planeamento e na gestão quotidiana do jardim de infância/da escola; (iii) incluir, na gestão curricular, atividades educativas que permitam a desconstrução das concepções e dos comportamentos estereotipados de género, tendo em vista a formação para a cidadania democrática; (iv) criar projetos que fomentem práticas de organização e gestão curricular responsivas à inclusão, em particular à educação para a igualdade de género e cidadania, através do trabalho em equipa e da aplicação de atividades referidas nos Guiões de Educação, Género e Cidadania, devidamente adaptadas a cada contexto de educação/ensino.

Nas duas edições da oficina realizadas participaram docentes da educação pré-escolar, do ensino básico, do ensino secundário e do ensino superior.

Nessas edições participaram 35 docentes (20 na primeira e 15 na segunda), sendo a média do seu tempo de serviço de 20 anos, exercendo em instituições públicas e privadas do distrito de Portalegre - Portugal.

O quadro seguinte identifica os dois grupos quanto ao sexo:

Quadro 1 - Identificação do número de participantes por sexo.

1ª Edição		2.ª Edição	
Sexo feminino	Sexo Masculino	Sexo feminino	Sexo Masculino
20	0	13	2

Fonte: Os autores..

⁴ Na sua Escola Superior de Educação e de Ciências Sociais. A oficina funcionou em duas edições.

O quadro n.º 2 indica-nos a distribuições dos/as formandos/as por sexo e por níveis de ensino.

Quadro 2 - Distribuição dos/as formandos/as por níveis de ensino

		Educação Pré- escolar	Ensino Básico: 1.º ciclo	Ensino Básico: 2.º ciclo	Ensino Básico: 3.º ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior
1. ^a Edição	Sexo feminino	10	4	4	1	1	0
	Sexo Masculino	0	0	0	0	0	0
2. ^a Edição	Sexo feminino	11	0	1	1	0	0
	Sexo Masculino	0	0	0	0	1	1

Fonte: Os autores.

Na sua maioria, 22, possuem uma licenciatura em ensino, três docentes possuem um bacharelato; nove possuem um mestrado académico; e um possui um mestrado em ensino (mestrado profissionalizante).

Entre as diversas estratégias adotadas no desenvolvimento da situação de formação em análise, destacam-se as seguintes: (i) reflexão individual; (ii) discussão e reflexão em pequenos grupos alargados ao grande grupo; (iii) registo de notas de campo (das sessões presenciais e registadas pela equipa de formação); (iv) questionário às formandas (com o objetivo de desocultar as suas motivações e as suas concepções sobre a educação para a igualdade de género); (v) planificação de situações e experiências de ensino-aprendizagem apoiadas nos Guiões de Educação, Género e Cidadania; e (vi) integração curricular das situações e experiências planificadas e respetiva avaliação.

Neste artigo apresentamos a análise e interpretação articulada entre as notas de campo, as respostas dadas pelas formandas ao questionário que lhes foi distribuído e as avaliações realizadas pelas mesmas depois da implementação das situações e experiências de ensino-aprendizagem planificadas a partir dos Guiões Educação, Género e Cidadania.

Da oficina de formação – concepções em destaque

No decorrer das oficinas de formação percebeu-se, desde o início, que as formandas e formandos inscritos procuravam construir conhecimentos que as/os ajudassem a resolver situações pedagógicas do seu quotidiano profissional e pretendiam

conhecer e refletir, por via de interesses sociais e culturais, a problemática da educação para a igualdade de género que, de um modo ou de outro, sempre esteve presente na sua vida, embora muitas vezes sob uma visão ‘naturalizada’, resultado de uma sociedade organizada de acordo com regras e princípios de tipo patriarcal. Conjugando estas duas dimensões (científico-pedagógica e social/cultural), através de debate orientado pela equipa formadora, e convocando as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas/os formandas/os, realizaram-se momentos de grande riqueza formativa, sobretudo, tendo como centro a educação para a cidadania, para a inclusão educativa e a perspetivar uma sociedade mais justa e igualitária de oportunidades de género.

No debate de representações e concepções sobre as questões de género, que teve como premissa transversal a ideia de que a escola se deve constituir como uma instituição inclusiva e promotora da igualdade e da não discriminação, particularmente de género, percebeu-se que as/os formandas/os transportavam consigo diferentes concepções alicerçadas em vivências quotidianas diversas e, conseqüentemente, diferentes olhares para encarar a abordagem de situações pedagógicas ocorridas no quotidiano do contexto educativo/ensino.

O aprofundamento e a riqueza do debate, em diversas sessões, possibilitaram a emergência de algumas representações das/os formandas/os sobre as questões da igualdade e sobre as concepções de género que identificámos ou como oriundas em conhecimento pouco especializado ou como impregnadas de estereótipos. O termo género, por exemplo, foi, por vezes, confundido e usado como sinónimo de sexo, como se um e outro radicassem na mesma natureza. Porém, como sabemos o termo sexo radica na natureza biológica do ser humano e o termo género radica na natureza sociocultural, demonstrando as/os docentes uma concepção pouco esclarecida e algo desinformada. A este propósito, esclarecemos que género é uma construção social, relacionada com crenças e expetativas concebidas para o masculino e para o feminino, associadas a características e comportamentos, e que, na maioria das situações, pode levar a desigualdade e discriminação entre o masculino e o feminino.

Também, pouco a pouco, foram revelando estereótipos de género chegando mesmo, uma das formandas, na 1.^a edição da oficina de formação, (a exercer na educação pré-escolar), a admitir que a discriminação de género “era natural” (Nota de Campo da equipa formadora, 2014), ideia que o restante grupo de formandas discutiu e contrariou naturalmente, com a afirmação da desigualdade de oportunidades de género como “resultado de uma construção social e histórica” (Nota de Campo da equipa

formadora, 2014). Este tipo de discussão reflexiva (na 1.^a e na 2.^a edição) concluiu-se com a necessidade de a escola e cada uma fomentar a desconstrução de estereótipos de modo consciente e informado.

Na generalidade, os grupos (da 1.^a e da 2.^a edição) tornaram-se concordantes na ideia de que a escola inclusiva se assume e desenvolve quando combate estereótipos sociais, quando “evita comportamentos reprováveis” e “dissipa a ideia de que há aspetos que são mais atribuídos às mulheres e outros aos homens [...]”, como é referido numa das respostas ao questionário final distribuído às formandas e formandos em cada oficina (Formanda E, 1.^a edição).

Sentimos que as considerações que as formandas e os formandos foram construindo (quase sempre numa lógica de ‘tensão’ entre a sua ação profissional e a sua experiência enquanto cidadãos/cidadãos) elevaram a sua consciência sobre a importância da promoção da educação/formação dos/das seus/suas alunos/as para combater os estereótipos e as desigualdades que se colocam entre o género masculino e entre o género feminino. Quando as/os formandas/os mostraram esta consciência, questionámo-las/os sobre a implementação de estratégias de ensino-aprendizagem promotoras da igualdade de género e percebeu-se de modo claro que, na realidade e no quotidiano das suas salas de atividades/aulas, na sua maioria, não intencionalizavam nem organizavam experiências ou situações de ensino-aprendizagem com tal objetivo; mas os dois grupos mostraram durante a formação necessidade e vontade de o passar a fazer, pelo que a equipa de formação avaliou positivamente o impacto da formação e com as/os formandas/os iniciou nova discussão sobre o papel de cada um/a enquanto ‘embaixadores/as’ da mudança e disseminação de práticas conscientes, devidamente pensadas e promotoras de uma atitude social mais igualitária, inclusiva e, por isso, emancipatória.

Registou-se que tinham, inicialmente, alguma dificuldade em observar comportamentos estereotipados nas suas realidades educativas. Do universo de respondentes (35), 18 assumiam que não verificavam comportamentos e/ou atitudes estereotipados nos seus grupos/turmas; 12 afirmaram que existiam, quatro referiram que apenas pontualmente verificavam; e um não respondeu.

As respostas negativas pertenciam maioritariamente (15) às profissionais da Educação Pré-Escolar. Entre os 3 e os 4 anos, as crianças já começam a compreender os objetos e os comportamentos associando-os ao masculino e ao feminino e a partir dos 5 ou 6 anos já se conseguem abstrair de algumas ideias estereotipadas sobre o género, por

isso as educadoras devem antecipar e flexibilizar comportamentos, organizando atividades com as crianças de reflexão, diálogo, narrativas, jogos, ou outras estratégias, sobre as suas atitudes e opiniões, conquistando um sentido de igualdade com o grupo de crianças. Desde muito cedo, diríamos ainda no ventre materno, as crianças começam a viver sobre o espectro de estereótipos sociais que as influenciam na construção da sua identidade de género e a Educação Pré-escolar não pode veicular tais estereótipos, antes deve agir de modo consolidado e consciente na sensibilização e educação para a cidadania e para a igualdade de oportunidades de género que deve ser continuada e articulada com os contextos familiares e com os contextos de ensino seguintes.

Outras/os formandas/os (12), pertencentes aos outros níveis de ensino (1.º ciclo do Ensino Básico; 2.º Ciclo do Ensino Básico; 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário), salientavam que identificaram comportamentos e/ou atitudes estereotipadas em crianças e jovens estudantes, rapazes e raparigas, e cada vez mais declaradas à medida que se avançava nas faixas etárias. Identificaram comportamentos estereotipados associados aos rapazes, essencialmente pelo argumento da força física e pelas habilidades no desporto, e às raparigas associados a questões estéticas e à projeção de papéis sociais predominantemente relacionados com atividades domésticas.

Foi possível perceber que, quando confrontadas/os com estereótipos de género no contexto escolar/educativo, as/os formandas/os agiam do seguinte modo: (i) um grupo, associado aos primeiros níveis de educação/ensino, com particular destaque para a Educação Pré-Escolar, que perante uma situação estereotipada afirmou ser necessário “tentar arranjar brincadeiras em que participem todos [...]” (Formanda A, 2.ª edição), de modo a promover, através do lúdico, a ideia de igualdade; (ii) um grupo associado ao 1.º 2.º e 3.º ciclos que realçou a importância do diálogo, do questionamento e da reflexão com os jovens ; (iii) um grupo, associado ao 3.º ciclo do Ensino Básico, Ensino Secundário e Ensino Superior, que assumiu a importância da transversalidade do currículo e da construção de projetos capazes de contrariar tendências estereotipadas.

No seguimento dos momentos ativos de discussão de conceitos e de estratégias, as/os formandas/os, sob a orientação da equipa formadora, e tendo como apoio os Guiões de Educação, Género e Cidadania, organizaram e desenvolveram situações e experiências de ensino-aprendizagem integradas na sua dinâmica curricular, promotoras da igualdade entre o género masculino e o género feminino que desenvolveram nos seus contextos educativos/ensino. Estas situações planificadas, depois de postas em prática, foram analisadas e avaliadas por cada formanda/o, socializando os resultados em grande

grupo e registrando-os individualmente em relatório. Destacamos no presente texto algumas avaliações e recomendações feitas pelas/os formandas/os depois da aplicação das atividades que planificaram e, nesse sentido, apresentamos os seguintes excertos dos relatórios produzidos por cada uma:

[...]. Considerando que queremos trabalhar as questões de género e promover a igualdade de oportunidades, penso que o primeiro passo é começar por pequenos aspetos do quotidiano da nossa sala de atividades, como a organização do ambiente educativo, nomeadamente as áreas de atividades, sendo esta uma boa proposta do Guião de Educação, Género e Cidadania. Para além da importância das escolhas dos materiais que irão fazer parte de cada área, é importante estarmos atentos(as), enquanto educadores(as), ao que dizem as crianças, como se comportam nas diferentes áreas, como interagem com os pares e questionar as suas escolhas. [...]. (Formanda A, 1.ª edição/Educação Pré-escolar).

[...]. Quando enderecei o convite aos encarregados de educação para participarem nas atividades do dia do Pai, a maioria alegou de imediato que não tinha disponibilidade de horário e que este tipo de atividades está mais vocacionado para as mulheres. Contudo, houve a receptividade de três encarregados de educação, um dos quais exerce as funções de Presidente da Junta de Freguesia da localidade. Os seus educandos ficaram muito contentes em poder executar as atividades propostas com os seus pais e como estavam em minoria souberam interagir didaticamente e pedagogicamente com o grande grupo no decorrer das atividades. Estes encarregados de educação compreenderam o que eu pretendia com este tipo de atividade na vertente pedagógica, didática e comportamental no âmbito de modificar valores, normas e padrões sociais do género. [...] Um encarregado de educação disse-me que deveria promover mais atividades deste género com o objetivo de desmistificar papéis sociais do género que foram construídos geracionalmente e culturalmente, para que quando o seu filho for adulto não haja esta diferença de papéis e competências do género. [...] As atividades do dia do Pai foram comentadas de modo positivo nos cafés e nas conversas informais na Vila. [...]. (Formanda B, 1.ª edição/Educação Pré-escolar).

As atividades realizadas com os alunos foram bastante positivas, permitindo abordar um tema que não é geralmente abordado de forma consciente nesta área de ensino (1.º ciclo do ensino básico/inglês). Verificou-se assim que é possível abordar esta temática nas aulas de Inglês e que os alunos revelam interesse e empenho, encarando este tipo de aulas de forma natural. [...] quer a oficina de formação quer as aulas desenvolvidas com os alunos mostraram que existem ainda muitas ideias estereotipadas no que respeita à questão de género. Na realidade, não posso deixar de reconhecer que a identidade de género e cidadania é um tema importante a tratar com os alunos, mas é também um tema pertinente a abordar com os próprios educadores e professores, uma vez que também estes revelam algumas dessas ideias que devem ser evitadas e tal revela-se inevitavelmente na sua prática profissional. De facto, julgo que foi essencial refletir sobre o assunto,

o que me despertou para o tema, o qual ainda não tinha abordado de forma tão consciente nas aulas até então lecionadas. (Formanda E, 1.^a edição/1.º Ciclo do Ensino Básico).

[...]. Quero afirmar que deveremos incentivar as crianças a abordar as questões de género nos diálogos diários e nas diversas situações, desde a mais tenra idade, pois desta forma contribuímos para que a igualdade de género seja efetivamente a igualdade de oportunidades que todos nós queremos ter na sociedade, seja-se homem ou mulher. A atividade planificada teve em conta os exemplos de projetos contemplados no Guião de Educação – Género e Cidadania para o 1.º Ciclo (2011) editado pela CIG. Penso que tanto este como os restantes guiões são excelentes auxiliares para se ter em todas as escolas e agrupamentos, ao alcance de todos os professores e professoras para nas suas aulas colocarem em prática as diferentes atividades que vão ao encontro de todos os conteúdos e áreas curriculares. [...]. (Formanda E, 2.^a edição/1.º Ciclo do Ensino Básico).

[...] A maioria dos alunos revelou interesse pelo tema colocando algumas questões, principalmente os mais velhinhos. [...] Pelo que pude verificar penso que as questões relacionadas com os estereótipos de género num primeiro momento não se verificam, contudo, após uma análise mais profunda verifica-se que algumas escolhas em relação às profissões têm alguma influência do género, havendo profissões que estavam mais direcionadas para pessoas fortes, nomeadamente quando respondem: "Eu acho que os homens que são bombeiros têm mais força" ou "Os homens que são polícias também têm mais força para apanhar os ladrões." [...] Gostaria ainda de salientar a importância do trabalho de parceria entre a família e a escola/educador desenvolvendo o processo de consciencialização para a igualdade de género no sentido de formar crianças com valores e sem preconceitos, zelando pelo respeito pela liberdade e pela igualdade. Em suma, penso que esta oficina de formação me sensibilizou para questões importantes mas que por vezes passam despercebidas ao educador/professor. É preciso estar atento e promover a criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento de cidadãos bem formados ao nível pessoal e social. [...]. (Formanda H, 2.^a edição/1.º Ciclo do Ensino Básico).

[...]. Os alunos gostam deste tipo de atividades e de expor a sua opinião. Participaram organizadamente, empenhados e ouviram atentamente todas as conclusões. [...] É necessário encorajar os órgãos de gestão da escola a integrarem a dimensão da igualdade de género no funcionamento dos estabelecimentos de ensino [...]. (Formanda L, 1.^a edição/3.º Ciclo do Ensino Básico).

Os alunos e as alunas cooperaram com entusiasmo e interesse. [...] É importante sensibilizar os docentes, os alunos e o pessoal não docente, do Ensino Secundário, para a pertinência de Educação Género e Cidadania; fomentar a intervenção nesta temática, com atividades diversificadas e oportunas, bem como estar atentos a situações que conduzam a desigualdades e impedimento de direitos; [...] este trabalho beneficiaria a avaliação interna do agrupamento e poderia ser um contributo muito positivo para a avaliação externa do agrupamento, para além de colocar todos a refletirem e agirem sobre

as muitas injustiças e limitações absurdas do pleno direito da liberdade. (Formando M, 1.^a edição/Ensino Secundário).

Os excertos que acabamos de plasmar evidenciam três dimensões que, no entender das/os formandas/os contribuem decisivamente para o importante papel inclusivo que as instituições educativas/escolares devem desempenhar, sobretudo no que respeita à promoção da igualdade entre o género masculino e o género feminino.

A primeira dimensão prende-se com a necessidade de sensibilizar toda a organização educativa/escolar para a problemática constante neste texto e, por consequência conduz a escola a grandes mudanças organizacionais, de gestão e de funcionamento em diferentes níveis, seja na gestão da sala de aula e do currículo, seja na gestão da escola e nos modos de liderança e concepção dos ideais educativos e curriculares/pedagógicos em cada escola ou agrupamento de escolas.

A segunda dimensão ancora-se na necessidade de consciencializar, mais especificamente, os/as professores/as no sentido de prepararem estratégias e práticas pedagógicas, assumindo a importância da transversalidade do currículo, conducentes à reflexão e ao questionamento relacionados com hábitos, comportamentos ou atitudes dos/as alunos/as, e dos/as próprios/as professores/as, dados como adquiridos e, por isso, reproduzidos no meio escolar e social.

Por fim, destacamos a terceira dimensão que corresponde à necessidade de promover com urgência a educação familiar.

A escola e os seus atores educativos apenas vão atingir o sucesso neste caminho sinuoso se as partes se articularem no sentido do combate ao estereótipo social que prejudica a construção de uma sociedade onde a igualdade e a inclusão devem ser palavras de ordem com práticas educativas e de ensino correspondentes.

Considerações finais

No presente e no futuro, a escola, mais do que transmissora de conhecimentos, deve apresentar-se também como um espaço de socialização onde se criam ou transformam hábitos, comportamentos ou valores correspondentes a uma cidadania ativa e plena onde homens/rapazes e mulheres/raparigas se respeitam mutuamente.

A consciencialização e a sensibilização, bem como a formação dos intervenientes educativos, tornam-se fundamentais neste âmbito. É através da formação (neste caso, contínua) que podemos participar num processo transformador da sociedade. Assim, as práticas pedagógicas orientadas para a não discriminação

constituem mecanismos indispensáveis para a escola inclusiva e para a construção de uma sociedade mais justa.

É, portanto, de realçar o papel dos/as professores/as em todo este processo enquanto facilitadores da mudança através de recurso pedagógicos e ferramentas didáticas que vão promover o desenvolvimento de uma consciência crítica no exercício da cidadania inclusiva (PINTO; NOGUEIRA; VIEIRA; SILVA; SAAVEDRA; SILVA; SILVA; TAVARES; PRAZERES, 2010).

Como verificámos, os grupos participantes da oficina de formação demonstraram, no início, pouca consciência da necessidade de educar para a igualdade de oportunidades de género. Essa pouca consciência foi sendo ultrapassada à medida que as ações foram decorrendo, demonstrando no final uma maior consciência e disponibilidade para incluir nas suas práticas pedagógicas ações mobilizadoras da formação mais igualitária de alunos e de alunas. Experimentaram nos seus contextos educativos atividades identificadas nos Guiões de Educação, Género e Cidadania disponibilizados pela CIG, que depois de adaptadas aos seus alunos/as foram, depois de refletidas, referidas como boas oportunidades para combater estereótipos de género.

Da sua avaliação ficou ainda a importância de socializar formação e recursos e materiais que os auxiliem no seu quotidiano pedagógico a desmontar estereótipos e a estar mais atentos a situações de discriminação, no que se refere à igualdade de oportunidades entre rapazes/homens e raparigas/mulheres.

A formação contínua assume-se assim como fundamental para apoiar as escolas na dinamização curricular mais inclusiva e facilitadora da construção de uma verdadeira identidade cidadã em pluralidade e igualdade de oportunidades

Referências

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como deve esta tarefa ser conceituada. In FÁVERO, O.; FERREIRA, W.; IRELAND, T.; O. BARREIROS, O. (Orgs), **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. p 11-23.

CARDONA, M. J. (Coord.); NOGUEIRA, C.; VIEIRA, C.; UVA, M.; TAVARES, T.. **Guião de Educação, Género e Cidadania – Pré-escolar**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010.

CARDONA, M. J. (Coord.); NOGUEIRA, C.; VIEIRA, C.; PISCALHO, I.; UVA, M.; TAVARES, T.. **Guião de Educação, Género e Cidadania – 1.º Ciclo**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2011.

HENRIQUES, H.; MARCHÃO, A. Género, cidadania e práticas educativas: a promoção da igualdade em contextos educativos. In CARVALHO, M.; LOUREIRO, A.; FERREIRA, C. (Orgs). **Atas do XII Congresso da SPCE**. Espaços de investigação, reflexão e ação interdisciplinar. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. De Facto Editores, 2014. p. 1855-1863.

MARCHÃO, A. **(Re)Construir a prática pedagógica e criar oportunidades para construir o pensamento crítico**. 2010. 595 f. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) - Universidade de Aveiro, 2010.

_____. **No jardim de infância e na escola do 1.º ciclo do ensino básico**. Gerir o currículo e criar oportunidades para construir o pensamento crítico. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

_____. Avaliação das práticas educativas nas primeiras idades - uma construção partilhada do saber. **Interacções n.º 32**, 2014. p. 145-167. ISSN: 1646-2335.
<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/issue/view/N%C3%9AMERO%20ESPECIAL%20-%20A%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20nas%20Primeiras%20Idades> acesso em julho 2017.

MORGADO, J. Política educativa, educação inclusiva e diferenciação ou «Como posso fazer pedagogia diferenciada se tenho vinte e oito alunos e quatro são diferentes dos outros?». **Análise Psicológica, 1 (XVII)**, 1999. p.121-126.

PINTO, T. (Coord.); NOGUEIRA, C.; VIEIRA, C.; SILVA, I.; SAAVEDRA, L.; SILVA, M. J.; SILVA, P.; TAVARES, T.; PRAZERES, V.. **Guião de Educação, Género e Cidadania - 3.º Ciclo**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010.

POMAR, C. (Coord.); Balsa, A.; CONDE, A.; GARCÍA, A.; GARCÍA, A.; TAVARES, T. **Guião de Educação, Género e Cidadania - 2.º Ciclo**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2012.

ROLDÃO, M. **Os professores e a gestão do currículo**. Perspectivas e práticas em análise. Porto: Porto Editora, 1999.

VIEIRA, C., (Coord.); NOGUEIRA, C.; TAVARES, T. (2012). Género e cidadania. In POMAR, C. (Coord.); Balsa, A.; CONDE, A.; García, A.; García, A.; TAVARES, T. **Guião de Educação, Género e Cidadania - 2.º Ciclo**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2012. p. 7-48.

Enviado em: Maio de 2017.

Aceito em: Agosto de 2017.

Como referenciar este artigo:

MARCHÃO, Amélia de Jesus; HENRIQUES, Helder. Formar e educar para a inclusão: igualdade de género. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 4, n. 8, p. 145-159, mai/ago, 2017. Disponível em:
<<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA>>. e-ISSN: 2359-2087.